

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

NINA DE FREITAS XAVIER RECKZIEGEL

**Para além de imaginários apocalípticos:
a Psicologia frente às demandas da emergência climática**

Orientadora: Profa. Dra. Inês Hennigen

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

2023

Sumário

Apresentação.....	3
A intrusão de Gaia e um futuro inabitável.....	4
A Psicologia em meio ao redemoinho.....	11
Saúde Mental: Solastalgia.....	12
Crise ambiental e trauma social.....	16
O que é o fim, e o que são os tempos?.....	22

Apresentação

Eis que se delineia
espantosa batalha
entre o ser inventado e o mundo inventor

(Carlos Drummond de Andrade, *A Suposta Existência*, 1980)

Lendo Ailton Krenak descobri que ele também gosta de Drummond. O pensador, cuja autoria emerge mais da oratória do que da escrita, nascido em Minas Gerais, pontua seu narrar sobre *Ideias para adiar o fim do mundo* com as poesias desse poeta mineiro. Ele diz que quando “tudo está entrando em parafuso, você tem que ter alguém para chamar - eu chamo Drummond.” (Krenak, 2020, pg 24) Eu também. Separados por quase um século, os conterrâneos viram os seus rios sendo embarrados e suas montanhas sendo engolidas e exportadas pela mineração que nomeia o estado onde nasceram. Foi por meio de minha mãe, professora de Português e Literatura, que conheci Drummond e comecei a questionar minha existência ao ler pela primeira vez *A Paixão Medida* (1980). Já Krenak me foi apresentado por Rafa C., amigo que conheci nas aulas de psicologia.

Escrevo agora um trabalho na intenção de produzir algo que fale sobre o que me contorna psicóloga e o que me constitui pessoa, nas minhas relações antes e durante a caminhada acadêmica. Uno tais autores para começar, sentindo-me encorajada a escrever evocando o mesmo poeta que outro pensador que admiro busca como “paraquedas colorido” (Krenak, 2020). São esses encontros que as letras desenhadas em peles de papel (Kopenawa, 2019) propiciam. Espero que o leitor possa caminhar ao meu lado nas minhas confusões, entendendo o que eu entendi: que o tempo não é flecha que é lançada e que seguirá sempre em frente. É redemoinho, é banzeiro, é pedra atirada hoje, que matará um pássaro ontem, e que portanto, o fim dos tempos não é fim, é meio.

A intrusão de Gaia e um futuro inabitável

Eu escuto as vidas barradas do Xingu. E fracasso em convertê-las em palavras. Fracassar é uma condição de quem escreve. A vida sempre escapa. A vida transborda, a vida é maior.

A vida flui na palavra, mas não aceita ser barrada por ela.
A vida é rio que não se submete a hidrelétricas.

(Eliane Brum, Banzeiro òkotó, 2021)

Já há algumas décadas, declara-se que o aquecimento global e as consequentes alterações climáticas são o principal desafio da humanidade deste século. Essa frase, demasiadamente genérica e já muitas vezes reproduzida, tem sido repetida com cada vez mais frequência e seriedade ao longo do tempo, mas só recentemente tem começado a ser reconhecida pelas classes políticas e midiáticas como realidade, ainda que tal reconhecimento não carregue ainda a seriedade necessária. Tão extenso foi o tempo para que isso acontecesse que, como propõe o jornal *The Guardian* (Eliane Brum 2021), a referida frase já se tornou um eufemismo. Precisamos agora conceber o “aquecimento global” como *superaquecimento global*, e já não se fala em “mudanças climáticas”, mas sim, em *colapso*, *crise* ou *emergência climática e socioambiental*. Há outras nomenclaturas e escopos de estudo para definir o tema, que é, por sua própria natureza, de magnitude global e multifatorial; contudo, esta é uma discussão que escapa ao escopo deste trabalho, em que as expressões acima citadas serão tratadas muitas vezes como sinônimos, ainda que tecnicamente, embora tenham aproximações semânticas, não o sejam. Nesse sentido, não se pode deixar de comentar que ao usar as palavras crise ou emergência, para escancarar a gravidade e iminência da questão, corre-se o risco de sugerir que esta é uma problemática pontual, uma crise temporária, que poderá ser resolvida com as tecnologias e modelos atuais de gestão de crise e que logo –ufa- passará. Não é o caso. Não será um período em que as coisas serão diferentes e depois voltarão ao normal. Como propõe Bruno Latour (2020), trata-se de uma mutação ecológica, irreversível e duradoura.

Tem sido recorrente a inserção de notícias nos mais diversos meios de comunicação sobre a problemática socioambiental, envolvendo a proliferação de pautas vinculadas ao clima e ao meio ambiente. A ampliação dessa presença na mídia não é descontextualizada, e evidencia o agravamento dos problemas enfrentados na sociedade atual em função das mudanças climáticas, os quais têm afetado severa e, muitas vezes, irreversivelmente os mais diversos ecossistemas da Terra: aquecimento dos oceanos e degelo das calotas polares; secas agrícolas e constatação de inúmeros processos de desertificação e/ou redução das áreas cultiváveis pela escassez de água. Percepção do significativo aumento da temperatura no mundo, em função da

concentração dos gases do efeito estufa; crescimento dos casos de inundações e ampliação da frequência e intensidade das tempestades, que se tornam mais destrutivas e, em muitas regiões, manifestam-se associadas a tufões, furacões, ciclones e deslizamentos de terra. No mesmo sentido, crescimento do risco de extinção de várias espécies, além da proliferação de doenças e pragas invasoras. Relatos de ampliação das queimadas na Região Amazônica, na região do Cerrado e do Pantanal, e crescimento dos incêndios florestais em todo o mundo. Notícias sobre a potencialização dos movimentos das placas tectônicas pelas mudanças no clima e consequente ocorrência de terremotos ou maior risco de incidência de tsunamis, pelo aumento do nível do mar. Coroando essa lista de efeitos devastadores decorrentes da amplitude do desequilíbrio ambiental, agrava-se a crise de abastecimento e ampliam-se os riscos de insegurança alimentar das populações mais vulneráveis. Noticiam-se, assim, múltiplos casos de migrações forçadas, motivadas pela escassez de alimento ou pela destruição de casas e meios de sobrevivência das populações, em função das adversidades vinculadas às mudanças climáticas. (ONU, n.d.; Martins et al. 2022). São eventos alarmantes, que justificam a urgência da produção deste trabalho.

É preciso salientar que todos os fenômenos ecossistêmicos que se agravaram ao longo dos últimos séculos por intervenção humana, constituem-se como fenômenos do clima, incluindo a poluição do ar, a produção e descarte de lixo, o uso indiscriminado de recursos naturais, da terra, das águas, de vidas não humanas, e todo o espectro de fatores podem ser concebidos como ação humana com efeito no ambiente. À primeira vista, pode parecer que muitos desses fatores não sejam de ordem do que caberia chamar “climático”, mas considero que esta palavra contempla de forma consistente as análises do presente trabalho.

Pensemos, para ilustrar, no descarte de lixo, de um tubo de pasta de dentes, por exemplo. Como sabemos, por ser um objeto do banheiro, muitas vezes seu descarte se dará de maneira incorreta, pela pretensa dificuldade de se caminhar até outro cômodo da casa e colocar o tubo no lixo “reciclável”. Dessa forma, sendo descartado no lixinho do banheiro, seu destino será o aterro sanitário. Provavelmente, pode-se associar que se trata de poluição, ambiental, sim, mas sem ligação com o clima.

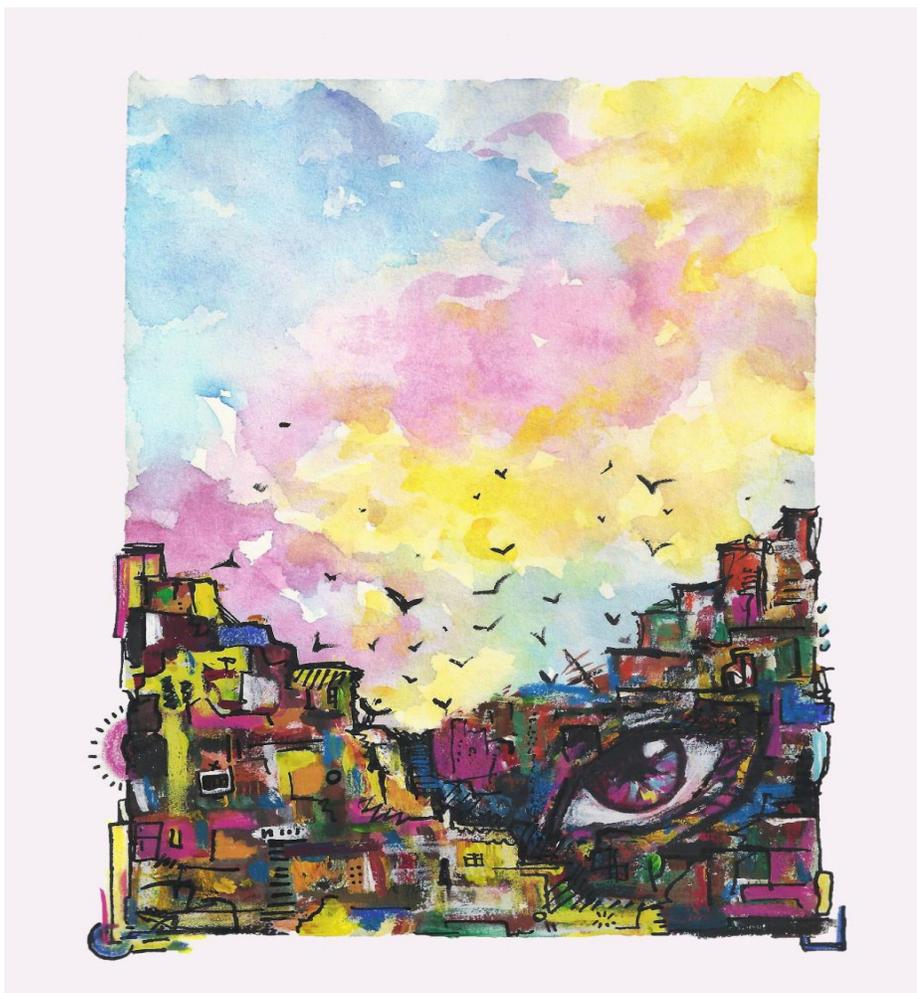
Contudo, ao aprofundarmos a análise da prosaica história deste tubo, (Leonard, 2011) partindo do processo de obtenção da matéria prima, da produção do tubo, que é feito de material composto de plástico e alumínio, poderemos constatar que é um processo poluente, pois estamos nos referindo à indústria petrolífera e à de mineração. Deveremos considerar, também, a produção de seu conteúdo, a extração e industrialização de cálcio, flúor e outros produtos não biodegradáveis que compõem a espuma. Depois, há o transporte, o marketing, o comércio. Ocorrida a utilização pelo consumidor final, durante um período entre duas semanas a alguns meses, (a

depende da assiduidade do usuário com sua saúde bucal) - chegamos finalmente ao fatídico descarte. No caso de tal ato ocorrer em uma localidade sem coleta seletiva, a escolha do cesto de lixo (a do banheiro ou junto a outros “recicláveis”) será irrelevante, pois o destino do tubo acabará sendo, ainda, o aterro sanitário, local onde resíduos orgânicos, rejeitos biodegradáveis e rejeitos poluentes compartilham do mesmo espaço, onde tudo que se produz é pobreza e metano, um dos gases de efeito estufa responsáveis pelo superaquecimento global. Chegamos, portanto, ao clima. Ainda que se considere o descarte correto do famigerado tubinho vazio de creme dental, ainda que ele esteja acondicionado, limpo, junto de outros objetos plásticos, metálicos e de papel em um saco de lixo azul, que seja recolhido por um caminhão da coleta seletiva e encaminhado para alguma cooperativa de reciclagem, o tubo provavelmente não será reciclado, por se tratar de um material composto, de tipo “7”, com baixo valor de revenda (Tunes, 2018).

“Teus olhos
serão lixo não reciclável,
ainda que tenham visto
todas as metáforas do
infinito”

**(Paulo Lins,
2014)**

Ilustração
própria.



Dessa maneira, utilizar a palavra “clima” é uma tentativa de abarcar tudo que se interconecta a essa rede de efeitos decorrentes da ação humana que me parece fazer sentido, na medida em que são realidades intrinsecamente ligadas, em se tratando de fenômenos de um ecossistema, bio-geo-químico - e também biopsicossocial. Nas palavras de Eduardo Giannetti (2023):

O mundo é infinitamente complexo. Todo ato, por mais simples, extrapola em muito a intenção de quem o pratica; ao acender uma lâmpada ou abrir a torneira, por exemplo, eu não só gerou o efeito local pretendido, mas aciono uma vasta cadeia de eventos cujas ramificações se alastram, para frente e para trás, numa miríade de outros efeitos e desdobramentos. A crise ecológica é o resultado conjunto - imprevisto e indesejado - de uma infinidade de ações motivadas por escolhas e desejos que, na sua origem, nada têm a ver com o problema criado (...). (Giannetti, 2023, pg 137-138)

Os fatos que compõem o que estamos chamando de mutação ecológica se constituem como eventos entrelaçados, que se motivam e se agravam mutuamente em efeito cascata. Como em um jogo de dominó, cada um dos desastres ecológicos listados acima é uma peça que derruba a outra formando, na sua totalidade, a enlouquecedora imagem do fim do mundo (Wallace-Wells, 2019). São mudanças radicalmente significativas que alterarão drasticamente os modos de vida no planeta Terra. A tragédia desce da mitologia para pousar no cotidiano. Trata-se de uma narrativa distópica, que perde o estatuto de representação e se torna futuro calculado. Quando a ciência apresenta o destino, surge a pergunta: o que fazer? Para dar conta da questão existencial desaterradora, os sujeitos lançam mão de imaginários apocalípticos, buscando conceber o fato do fim coletivo psicologicamente. Ao falar de *colapso* climático, estamos falando de algo muito maior do que a nossa capacidade cognitiva e emocional de compreender e elaborar.

A contemplação desta imagem causa vertigem e não há como realizá-la sem se afetar. Portanto, cabe a mim, como autora, agenciar minhas implicações, a fim de melhor compreender a temática. Formanda de psicologia, idealizo ainda o *modus operandi* de uma psicologia clínica branca, entre quatro paredes igualmente brancas, pontuadas pelo colorido de livros - lidos e não lidos - que darão a confiança necessária a quem escuto a respeito de meu estudo e aparato teórico. Contudo, sei que esse lugar, tal qual esta confiança, me desabitam. Sei que será inviável. Ainda que, em algum momento, eu o reproduza, esse formato de trabalho não é o que dará borda à angústia de sujeitos humanos e não humanos em um mundo em colapso. Digo *um*

mundo, pois não se trata do fim do mundo, da vida na Terra ou de um colapso planetário absoluto. Trata-se dos reajustes que ocorrem naturalmente em um sistema planetário que já não suporta manter-se no mesmo estado dos moldes como evoluiu, com todas as formas de vida que o compõem e compuseram ao longo de bilhões de anos. Uso evoluir como verbo que, ao contrário do seu uso recorrente, assume nesse contexto, uma transitividade direta. O planeta Terra, evolui, assumindo-se como um sujeito ativo dessa mudança, por meio de ações e reações, que não são meramente passivas. Proponho, portanto, nessa narrativa, instituir o sistema planetário Terra, como sujeito.

Gaia evoluiu, e permanece fazendo evoluir, em processo constante, suas energias, ecologias e tecnologias ao longo de bilhões de anos, fazendo os ajustes necessários em busca de equilíbrio, em sintonia e distonia com as espécies que a habitam e as suas próprias tecnologias, gerando mortes, extinções e colapsos. Sempre foi assim, antes da evolução que produziu o que chamamos de *homo sapiens* e depois. Todavia, parte da espécie humana rompeu subjetivamente a sua ligação com a terra e com a Terra, passando a considerar que não fazia parte de Gaia. A terra e sua ecologia deixaram de ser parte de quem somos, e tornaram-se recursos de exploração. (Gudynas, 2020). Gaia, nome da deusa da vida, da terra e da natureza na mitologia Grega, desde muito, é utilizada para significar mais do que meio ambiente, ecologia, ou simplesmente o planeta. É mãe, é deusa, é geradora, é mito. É ser inteligente, ainda que não uno. Sou ela, assim como a terra do vaso de jiboia pendente no meu quarto, bem como é ela, também, as moléculas de fumaça que saem do escapamento de um jato das forças armadas americanas. Ela é o mármore das estátuas gregas e a ponta de pedra da flecha que furou o navio dos primeiros colonizadores que aportaram em terras tupiniquins. Outras mães foram nomeadas: Pachamama, Oníle, Ale, AseaYaa, Kuan Yin, Tiamat, Ninhursag. Contudo, utilizo neste trabalho, a palavra Gaia para fazer eco às produções científicas de Antônio Nobre, James Lovelock e outros autores que são adeptos da Teoria de Gaia, a qual me endereço.

A Hipótese de Gaia (BBC, n.d) é uma teoria proposta pelo cientista James Lovelock que postula que a Terra é um sistema vivo e autorregulatório, capaz de se adaptar e manter condições ambientais adequadas para a vida. Segundo essa hipótese, a vida e o ambiente físico interagem de maneira que a biosfera da Terra atua como um sistema único e complexo, capaz de se ajustar às mudanças ambientais para manter a estabilidade das condições de vida no planeta. Em resumo, a Hipótese de Gaia sugere que a Terra é um organismo vivo em si mesmo, portanto, só pode evoluir nesse sentido. Essa teoria demonstra que os moldes e paradigmas de funcionamento da Terra e de seus diferentes ecossistemas, estão sendo mudados e moldados por uma nova potência geológica, devastadora, capaz de alterar ciclos, mudar cursos d'água e aumentar a temperatura. Essa potência geológica é o poder de ação das

civilizações humanas, em particular as que se desenvolveram depois da Revolução Industrial, que impulsionou o mundo no caminho da globalização, do fortalecimento da lógica capitalista, de uma produção que não é em prol da vida, mas sim em prol do capital. A essa nova Era Geológica, chamamos Antropoceno.

O conceito de Antropoceno corresponde a uma nova designação geológica para o Planeta. Essa nova Era, que decorre de uma junção do termo grego ‘*anthropos*’, que significa humano, com o termo ‘*kainos*’, que significa novo, define-se como um período caracterizado pelo impacto humano na Terra, considerando a extensão da ação humana sobre o planeta e levando em conta as transformações ocorridas nos estratos geológicos, hoje “dominados por materiais de origem humana” (Gomide 2021, pg 124). Esses materiais envolvem as construções feitas por pessoas, objetos das produções em massa de bens de consumo e os dejetos dela remanescente, as alterações no solo em função do uso de fertilizantes, entre outros exemplos. Acelerados após a Revolução Industrial e especialmente após a Segunda Guerra Mundial, os fatores que justificam a caracterização e o reconhecimento dessa nova Era, vinculam-se sobretudo a três elementos determinantes: o progresso tecnológico, o crescimento expressivo da população e a multiplicação da produção e do consumo. A combinação desses fatores acabou provocando o aumento da “massa antropogênica”, evidenciada pelo fato de que tudo aquilo que foi construído pela humanidade, superou em 2020 - pela primeira vez na História - a massa conjunta de todos os outros seres vivos conhecida como biomassa, que, neste trabalho, denomino de Gaia. Como ilustrado pelo gráfico abaixo:

A massa Antropogênica criada pelo ser humano

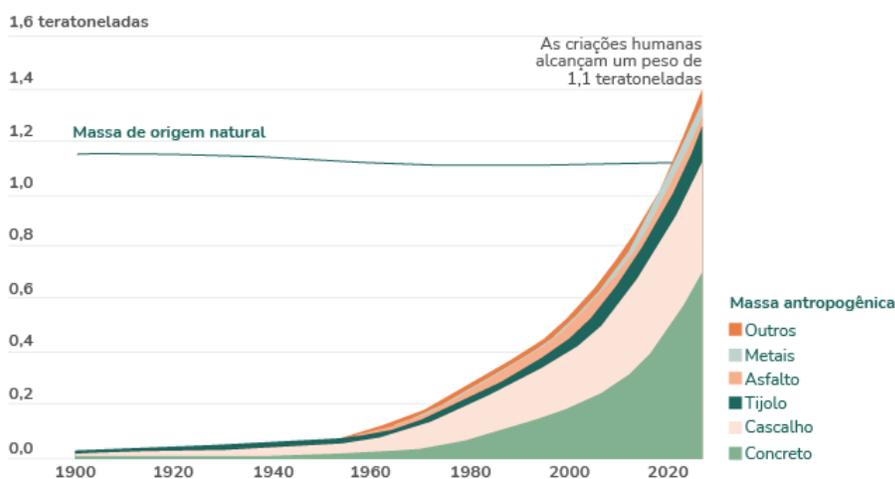


Gráfico: “Global Human-Made Mass Exceeds All Living Biomass,” por Emily Elhacham et al., em Nature. Publicado online 9 de Dezembro, 2020.

Retirado do site: [Do Holoceno ao Antropoceno: A Evolução Humana | Mind theTrash](#)

Esse fato, ou seja, o reconhecimento de que o artificial tem hoje mais peso (literal e simbólico) do que o natural, relaciona-se diretamente com a questão do consumo estando na origem dos impactos socioambientais que são exteriorizados de forma devastadora nas alterações climáticas responsáveis pelos desequilíbrios ambientais que têm atingido de forma severa a qualidade de vida em todo o Planeta. Diante desse cenário, é importante que se reconheça que os seres humanos assumem um triplo papel, já que aparecem ora como agentes causadores, ora como vítimas e ora como os agentes a quem compete a transformação e a reversão desse quadro. Nessa perspectiva, todas as ações humanas produzidas por pessoas de forma individual ou coletiva são parte constitutiva dessa problemática e, necessariamente, devem constituir parte da solução. Há anos um conjunto multidisciplinar de estudos interessados nas Relações Pessoa-Ambiente busca compreender como as pessoas interagem e transformam seus ambientes, sejam eles naturais, construídos ou até mesmo virtuais. E entre as diversas disciplinas está a Psicologia Ambiental, que aparece como uma área que estuda o modo como as pessoas agem, reagem e se organizam conforme o meio ambiente, analisando suas interações nos espaços naturais e os diferentes modos como constroem seus espaços de vida material e simbólica e, da mesma maneira, compreendendo o papel que os próprios espaços exercem na constituição das pessoas (Martins et al, 2022).

Dessa maneira, o tópico da emergência climática, suas causas e seus efeitos, é tão amplo, e atravessa tantos âmbitos que não é possível deixá-lo a cargo somente de químicos, físicos, biólogos, ecologistas e outros especialistas dos campos da ciência dita “exata” para compreendê-lo e mitigá-lo com *invenções* tecnocratas. É necessário compreendê-lo como um fenômeno intrinsecamente humano e social, e para isso a psicologia é fundamental.

A Psicologia em meio ao redemoinho

A presente escrita não se trata de uma revisão nem sistemática nem integrativa (nem particularmente científica) acerca da produção do saber psicológico. Talvez se aproxime mais de um ensaio cartográfico do meu processo de aprendizado e da ruptura com o modo como eu mesma posso me conceitualizar enquanto sujeito no mundo, levando em consideração essa trajetória que aconteceu durante a minha graduação e no mundo, tentando costurar essas realidades artificialmente separadas, mas absolutamente conectadas, como tudo nessa Biosfera chamada Gaia.

Pode-se afirmar que algumas linhas teóricas já vinham estabelecendo, há algumas décadas, aproximações entre a questão ecossistêmica e a temática do meio ambiente com a psicologia, de forma mais específica, a já citada Psicologia Ambiental

e a Ecopsicologia. A Psicologia Ambiental é uma área do saber psicológico aproximada às teorias do desenvolvimento humano, que prioriza os ambientes diferentes que circundam o sujeito, para além das relações sociais e familiares, considerando os ambientes físicos e relacionais como ecossistemas complexos, de forma análoga ao conceito de ecossistema da biologia. Algumas áreas desse saber se aproximam de uma lógica mais “ambientalista” e outras menos, ainda que o intuito do presente trabalho não seja aprofundar essa área do saber, mas evidenciar suas interconexões com a discussão ora proposta.

Já a Ecopsicologia é uma disciplina que combina Ecologia e Psicologia para explorar as conexões entre o ser humano e a natureza. Ela desafia o viés antropocêntrico da Psicologia e reconhece a existência de uma psicopatologia subjacente às relações entre ser humano e natureza. O foco central da Ecopsicologia é a relação do ser humano com a teia da vida, entendendo que uma das dimensões do Inconsciente Coletivo é o Inconsciente Ecológico, que guarda um certo “registro evolutivo” de nossa espécie como parte da comunidade biótica. Portanto, as conexões entre seres humanos e natureza não se limitam ao funcionamento orgânico, mas também incluem a integração com o eu mais profundo. Nossos corpos estão em constante troca e interação com o meio, tanto física quanto psicologicamente, desde os primeiros hominídeos. A identidade humana não pode ser definida sem considerar a natureza, e a falta dessa conexão nos torna menos humanos. A Ecopsicologia propõe, portanto, despertar o senso de reciprocidade ambiental adormecido no Inconsciente Ecológico, reconhecendo a interdependência de todos os seres e fenômenos e o valor intrínseco da natureza. Isso é crucial para evitar a destruição do planeta e das demais espécies (Azibeiro, 2018).

Pretende-se, a partir do próximo capítulo abordar algumas especificidades dos sofrimentos psíquicos atrelados ao momento vigente do planeta, à luz dessas e de outras abordagens.

Saúde Mental: Solastalgia

Só ficamos eu e a minha mulher
com saudades de nós mesmos
E com a terrível e bela tarefa
de recriamos o mundo que perdemos
no mundo que estamos oferecendo aos nossos filhos
(Maria Isabel Xavier, Viagens)

Como espero ter deixado explícito até aqui, a emergência climática é um problema psicológico, além de ambiental. Já se salientou que comunidades e indivíduos em todo mundo têm testemunhado a crônica degradação dos locais onde vivem, e, junto disso, vêm experimentando um amplo espectro de respostas diante dos impactos multifatoriais associados às referidas mudanças. Porém, ainda que as implicações de saúde física causadas pela emergência climática estejam sendo cada vez mais descritas, as implicações em saúde mental e espiritual permanecem pouco estudadas (Galway, 2019). Embora, há algumas décadas, muitos psicólogos e estudiosos da área tenham se envolvido na produção de saber abordando essa intersecção, a maior parte dessa produção tem se concentrado na percepção de risco, formas de comunicação sobre a emergência climática, atitudes direcionadas à crise e motivação direcionada à mitigação dos seus efeitos, por meio da defesa e proposição de comportamentos mais sustentáveis (Clayton, 2020). É possível afirmar que as implicações mais diretamente relacionadas à saúde mental têm recebido relativamente pouca atenção.

Além do entendimento e apreensão sobre a mudança e suas consequências, a resposta emocional dos sujeitos frente ao risco da crise climática está também vinculada à percepção de como as lideranças e governantes estão lidando - ou não lidando - com esta problemática. Sentimentos de ansiedade, impotência, tristeza, preocupação e outros sofrimentos acabam caracterizando a resposta de algumas pessoas ao fenômeno (Clayton, 2020).

Alguns conceitos vêm sendo apresentados em revistas de psiquiatria, psicologia e filosofia, mais internacionais do que nacionais, como o que se está chamando de ansiedade climática, ecoansiedade, solastalgia, ou outros nomes que podem ser aventados para nomear a especificidade desse sofrimento. Não se tratam de novos diagnósticos, diferentes dos atualmente descritos, que precisariam ser incluídos nos manuais diagnósticos da psiquiatria. Principalmente por conta do fato de que, sintomatologicamente, tais manifestações corresponderiam a descrições muito semelhantes, se não idênticas, aos transtornos já descritos, não havendo, portanto, necessidade nem de distintos diagnósticos nem de novas patologizações. Trata-se, sim, de um recorte analítico das motivações para o agravamento e etiologia do sofrimento psíquico no contexto específico da crise ambiental contemporânea. Em particular, considero que me identifico mais com a compreensão da problemática à luz da noção de Solastalgia, neologismo proposto por Glenn Albrecht, filósofo australiano, após ele ter contato com pessoas que sofriam psiquicamente vivendo em uma região em processo de degradação no seu país (Albrecht, 2005).

O termo, não por acaso, nos remete à nostalgia, palavra usada para descrever uma sensação de saudade ou anseio por algo que aconteceu no passado. Pode ser

uma lembrança de uma pessoa, lugar, evento ou experiência que traz emoções positivas e uma sensação de conforto ao ser evocada. Nostalgia acaba também sendo usada para descrever a tristeza ou melancolia que se associa a essa lembrança, muitas vezes porque a pessoa que a experimenta sente falta de algo que não pode mais ser recuperado. Outrossim, a “solastalgia” constitui-se como o sofrimento que um sujeito ou uma comunidade experienciam quando o seu local de habitação e vinculação territorial está sob ataque direto, sofrimento nomeado pelo autor de “desolação física”. Isso acaba promovendo um ataque ao senso de lugar, e conseqüente erosão da noção de pertencimento e identidade relacionada àquele território, bem como suscitando os sentimentos de angústia relacionados à sua transformação. Como resumido pelo autor:

Solastalgia não se trata de olhar para um passado dourado, nem de buscar outro lugar como 'casa'. É a 'experiência vivida' da perda do presente, manifestada em um sentimento de deslocamento; de ser minado por forças que destroem o potencial de conforto que pode ser derivado do presente. Em resumo, a solastalgia é uma forma de nostalgia da casa que se sente quando se está ainda em casa. (Albrecht, 2005)

A etimologia construída conscientemente para o neologismo “Solastalgia” tem suas origens nos conceitos de '*solace*' e '*desolation*'. (Albrecht, 2005). *Solace* é uma expressão em inglês, cuja origem vem do latim *solariē solacium*, que significam algo como a ideia de conforto ou consolo diante um sofrimento ou evento angustiante. *Desolation* tem suas origens em *soluse desolare*, com significados relacionados ao abandono e à solidão. Já o sufixo *algia*, com origem também latina, é usado para referir dor, sofrimento ou doença.

Em síntese, solastalgia corresponde à dor ou doença psíquica decorrente de uma perda ou do sentimento de isolamento que se vincula ao estado atual de supressão, aniquilamento ou risco de desaparecimento da casa e/ou do território de alguém. Descreve uma forma específica de melancolia conectada à falta de consolo e à intensa aflição ou desolação em qualquer contexto em que a identidade de lugar (placeidentity) esteja sendo desafiada por uma mudança significativa na ordem existente (Albrecht, 2005). Portanto, para que se identifique o sentimento, não é necessário que haja a perda literal ou a remoção forçada da casa ou território de alguém, já que a solastalgia pode se manifestar atrelada ao risco de transformação e à sensação de impotência diante da iminência de uma mudança que não se pode deter e cuja inexorabilidade vem revestida de um forte senso de injustiça ambiental. Muitas das comunidades estudadas por Albrecht, e que inspiraram a criação desse conceito, ainda estavam "em casa", mas sentiam uma melancolia análoga à causada pela nostalgia conectada à quebra da relação normal entre sua identidade psíquica e sua moradia. O que tais pessoas haviam perdido era o consolo ou a possibilidade de experimentar

conforto na sua relação atual com seu território. Mais do que isso, os sujeitos das comunidades estudadas pelo autor manifestavam um profundo senso de isolamento decorrente de sua incapacidade de ter uma participação relevante, capaz de gerar um impacto expressivo no estado de coisas que motivava sua angústia.

De fato, diferentemente do conceito de nostalgia atávica, o sentimento de solastalgia pode se orientar para o futuro, pois aqueles que sofrem com ela podem sofrer com mudanças que ainda não aconteceram, mas que são percebidas como iminentes. Com a globalização da mídia e das tecnologias da informação que inserem eventos como o desmatamento na bacia amazônica na sala de estar dos espectadores urbanos, o que era distante torna-se próximo, e os significados de "experiência direta" e "lar comum" se tornam mais difusos. O autor defende a ideia de que a experiência de solastalgia é agora possível e perfeitamente legítima para todos os indivíduos que se identificam fortemente com a ideia de que a Terra é seu lar e, nesse sentido, testemunhar eventos que colocam em risco ou destroem a identidade endêmica do lugar (diversidade cultural e biológica) em qualquer lugar na Terra é um fator fortemente opressivo para eles. Essa visão é ilustrada pelo que diz Eliane Brum:

Esse conceito tem ajudado a decifrar minha questão persistente sobre o que é uma casa. Solastalgia é a nostalgia de um mundo que sabemos que em breve será outro. (...) é essa saudade de casa que a gente sente não porque está longe de casa, mas porque está dentro de casa e sabe que essa casa em breve não mais existirá. Era o nosso tremor a cada estrondo dos glaciares desabando sobre o mar, era meu calafrio a 40° cada vez que a fumaça anunciava que mais uma porção de floresta se incinerava. (Eliane Brum, 2021, *pg* 107).

Dessa forma, o 'diagnóstico' de solastalgia é baseado no reconhecimento desse tipo específico de angústia em um indivíduo ou comunidade vinculado à perda de um sentido endêmico de lugar. Todas aquelas que experimentam solastalgia são afetados de forma negativa por sua aflição, e as respostas manifestadas por cada um podem incluir a angústia generalizada referida acima, mas podem se exteriorizar de outras múltiplas maneiras: problemas de saúde física, somatizações variadas, abuso de drogas, desenvolvimento ou agravamento de doenças mentais como depressão (Galway, 2019), e há registros de associação desse sofrimento com aumentos nas taxas de suicídio (Brum, 2021).

Pode-se afirmar, portanto, que os sofrimentos acima descritos não correspondem a novos diagnósticos, mas sim, a manifestações que apontam na direção de um recorte teórico e possivelmente epidemiológico, o qual traz à luz o sofrimento psíquico de determinados sujeitos sob a motivação específica da crise

climática. Por essa razão, todas as intervenções voltadas simplesmente à proteção da saúde mental individual dessas pessoas serão provavelmente pouco eficazes, se não virem acompanhadas de uma atenção social, ou mesmo global, à questão. Assim como outras questões sociais que afetam a saúde mental, como sexismo, racismo e pobreza, a mudança climática é um problema real, e a adaptação social não pode ser realizada por meio de respostas individuais de enfrentamento. Devemos encontrar uma maneira de responder aos problemas individuais, sem perder de vista o seu dimensionamento social. Não se pode falar sobre ansiedade climática como uma experiência psicológica, supondo que suas causas e respostas apropriadas são estritamente intrapsíquicas. (Clayton, 2020).

Crise ambiental e trauma social

As questões ambientais no Brasil e seus atravessamentos: racismo e classe

Era só mais um peixe
Era só mais um rio
Água deu lugar pra lama
Tá tudo vazio
Perder de tudo é duro
É chão, é arrição
Cavar tudo de novo
Fincapé, é oração
É lama, é barro, é doce, é mancha, é sangue, é feto
É sede, é mato, é fome, é mãe,
tudo quieto

(Canção Lama, de Amanda Pacífico. Banda Mulamba, 2018)

Antes, ao falar de clima, a gente dizia que se não fizéssemos nada, a vida como nós conhecemos não seria mais a mesma. *Como nos conhecíamos* quer dizer o quê? Como *quem* conhecia? Essa expressão da “vida como conhecemos”, geralmente se refere a essa forma de viver urbanizada, embranquecida e colonizada, de produção, consumo e crescimento econômico pretensamente infinito. Pode-se dizer que ela é - e sempre foi - uma ilusão das classes médias que vivem em lugares não muito afetados pelo clima (ou que tenham ar-condicionado e água encanada em todas as estações), e que podem se beneficiar desse faz de conta somente porque outras gentes estão e sempre estiveram pagando a diferença dessa conta.

É importante referir aqui o conceito do chamado “Dia do Esgotamento da Terra”. Existe um cálculo feito pelo Global Footprint Network e pela WWF, que calcula o dia em que os recursos que a Terra é capaz de regenerar naquele ano acabam, ou seja, tudo que for consumido ou explorado a partir daquele dia é dívida, não entra na capacidade de regeneração de Gaia. A cada ano que passa, esse dia do esgotamento de recursos acontece mais cedo. Em 2022, ele aconteceu dia 28 de julho. De acordo com este indicador global, seriam necessários 1,75, ou seja, quase dois planetas Terra para sustentar o consumo da população mundial de forma sustentável. Desde 2001, a data vem sendo antecipada, em média, três dias a cada ano. Em 1970, o mundo entrou em déficit no dia 29 de dezembro, a dois dias do final do ano. Em 2000, já estava no início de outubro. Dez anos depois, no fim de agosto. E em 2022, em julho.

Como é possível que as coisas continuem funcionando, que as lojas continuem abrindo? Como é possível que continue saindo água da torneira? Ora, por que não é de todas as torneiras que sairá água. Para que as torneiras do meu bairro nunca sequem, as torneiras do morro Santana, à 4 km da minha casa, passam meses sem água. Há, portanto, quem pague a diferença. Enquanto parte do mundo continua com seus afazeres, outros lugares e outras pessoas vão estar pagando a diferença dessa conta para que a parcela da uma minoria possa continuar vivendo essa “vida que conhecemos”.

É imperativo refletirmos sobre as especificidades da solastalgia num país desigual como o Brasil, discutindo as formas como a crise climática se manifesta e se agrava em função de razões sociais e econômicas que afetam a população brasileira. Há dois principais pontos de partida para entender a ligação entre saúde mental e crise socioambiental. Um é o anteriormente referido: os efeitos da preocupação da iminência da alteração dos modos de vida. Por outro lado, há os efeitos mais diretos de desastres ambientais, naturais ou causados por acidentes evitáveis que, em suas variedades de grau e gravidade, poderão produzir quadros de estresse pós-traumático, ou ainda consequências menos óbvias, mas que também são relacionadas a populações em situação de maior vulnerabilidade ao ambiente e a sua variabilidade climática. Que sofrimentos psíquicos, além de físicos, podem ser produzidos em pessoas que têm fome ou sede cada vez mais frequentes em razão de secas e estiagem mais duradouras? Quais efeitos têm experienciar dias de calor mais intenso, trabalhando, sem ter a menor possibilidade de se refrescar, ou ainda, conviver com frio extremo sem poder se aquecer? Ou então, de ter de migrar involuntariamente, porque o lugar onde seus antepassados viveram não é mais propício à vida, seja por uma decisão de governo, como foi Belo Monte, ou por ameaça e violência ilegal, situação que muitos povos indígenas estão vivendo atualmente com as ameaças de grileiros e garimpeiros?

Podemos perceber, nesse sentido, que os problemas ambientais têm uma forma de se manifestar que assume contornos distintos para cada população. Para a população urbana de baixa renda, a crise atinge com mais impacto os operários assalariados que vivem nas áreas de risco das grandes cidades e, dentro desse contingente, ela afeta mais diretamente a população negra, que constitui a maior parte da população dos morros e favelas brasileiras. Fala-se hoje, inclusive, em racismo ambiental, tentando demonstrar que a ocupação desordenada de áreas com menos infraestrutura é indubitavelmente atravessada por marcadores de classe e de raça, uma vez que as populações marginalizadas são as que acabam relegadas às regiões periféricas das cidades de estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia e Espírito Santo que são, conforme Duran (2022) os estados mais atingidos pela violência das chuvas nos últimos anos.

Nessa perspectiva, há que se compreender a diferença entre os desastres ambientais ocorridos em função de chuvas e alagamentos, que se vinculam à questão climática, posto que se agravam em função da crise ambiental, mas que também são influenciados por razões geográficas, distinguindo-os das tragédias ocorridas em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), por exemplo, em que o rompimento das barragens foi uma decorrência direta da ação humana, já que os crimes ambientais foram provocados por decisões e ações negligentes, que demandariam uma responsabilização direta efetiva das empresas envolvidas. A compreensão dessas tragédias industriais e humanitárias, com 19 e 270 mortes, respectivamente, tem um escopo de responsabilização distinto do que se percebe nos desastres de Petrópolis em março de 2022 ou, mais recentemente, na Baixada Santista, em fevereiro de 2023, já que, nestes últimos casos, a responsabilidade do Estado existe, mas é de cunho mais fluido. De fato, muitos dos deslizamentos poderiam ter sido previstos e evitados por obras estruturais de engenharia, mas se trata de reconhecer, no caso, uma responsabilização civil que se agrava por questões naturais específicas das regiões serranas. Nos dois casos, porém, mais uma vez a vulnerabilidade social aparece como um fator central a ser considerado, visto que as populações mais atingidas em todos esses desastres são prevalentemente as populações pobres e periféricas.

Esses traumas sociais relacionados aos desastres climáticos frequentes e que envolvem alagamentos, deslizamentos e soterramentos acontecem anualmente em diferentes regiões do país. Esses desastres não são fortuitos nem imprevisíveis. Nestes casos, já não falamos de uma violência direta do estado ou de uma empresa específica, como nos acidentes vinculados às mineradoras, mas sim de uma estrutura e lógica geopolítica e necropolítica (Almeida, 2021). As pessoas que perdem suas casas perdem bens, entes queridos e referências de vida, sendo diretamente afetadas por um desastre ambiental, que, ainda que não facilmente evitável, teve efeito naquela

região e contra essa população, que é prevalentemente negra, pobre e periférica, por um conjunto de questões que mesclam variáveis econômicas, sociais e políticas.

Tais acontecimentos trazem à tona os problemas de nossa estrutura urbana e do descaso da administração pública, inclusive quanto à liberação da construção de casas em áreas de risco, sem as devidas medidas preventivas e de infraestrutura cabíveis. A ocupação desordenada dessas áreas insalubres é notadamente atravessada por marcadores de classe e de raça, uma vez que são essas populações marginalizadas que ficam preteridas a tais regiões das cidades, justamente as que detêm menor infraestrutura para suportar eventos climáticos destrutivos. Dessa forma, pelo fato de serem essas populações e não outras que ocupam esses territórios, é permitido ao Estado que compactue com as suas mortes e seus traumas. Apesar de ser uma problemática recorrente da região serrana do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, alguns municípios não possuem um investimento e um trabalho preventivo nas áreas de risco, a saber, aquelas cuja população tem menor poder aquisitivo. Da mesma maneira, também não há um investimento de suporte e acompanhamento psicológico da população local para o manejo dos traumas decorrentes dos desastres que já foram sofridos (Souza, 2013).

Neste tipo de situação podemos notar a gravidade da omissão da psicologia dentro da temática do racismo ambiental e suas imbricações com a necropolítica de Estado. São populações que vivem em condições de grave risco, convivendo com o perigo constante de um desastre que pode lhes fazer perder tudo, desde suas casas e pertences materiais, como também familiares, vizinhos e amigos. Aqui, certamente, a noção de solastalgia aparece, em um contexto de preocupação com a possibilidade da morte a cada nuvem cinza que aventa nos céus anunciando chuvas. Além disso, acaba sendo, nas discussões do senso comum, enfatizada a questão da ocupação desordenada dos moradores, estigmatizando-os por residirem nestas áreas de risco, sem levar em conta as complexidades econômico-sociais que envolvem a “escolha” por este tipo de moradia (Souza, 2013).

Por outro lado - mais ao norte do país, especificamente - temos o modelo anti-indígena dessa lógica necropolítica e genocida de Estado. Em 2011, se constituiu um projeto de décadas, a usina hidrelétrica de Belo Monte. Tendo sido conceitualizada ainda em meio ao projeto de avanço contra a floresta da ditadura militar, o mesmo que iniciou a construção da Transamazônica, é consumada construção da usina de produção de energia elétrica no primeiro governo de Dilma Rousseff, a fim de fortalecer a matriz energética do Brasil e fortalecer a imagem da nação como líder em energias renováveis (Fleury, 2013).

A migração forçada de quem vivia ao redor do Xingu, e que foi forçado a abandonar seu território para dar espaço ao alagamento de grandes hectares, é um exemplo que demonstra claramente que esse deslocamento e destruição do local de origem altera significativamente a forma de vida dos indivíduos, daqueles sujeitos que se deslocaram da beira de um rio em meio à floresta e são forçados a viver em alojamentos nas periferias de Altamira (Brum, 2021), casas construídas pela mesma empresa que lhes roubou o lar. Passaram a ter sua subjetividade esvaziada por um projeto de produção que servirá a outras gentes que não elas. Esses povos, que tinham relações sociais, de produção de subsistência e produção cultural, de como viver em meio ao rio e à floresta; passam, a partir da construção de Belo Monte, a cair no genérico “pobre”. Ilustra-se assim, a expressão “Brasil produtor de pobres”, cunhada pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e apresentada na aula “Os Involuntários da Pátria” (2017).

As diversas formas de gente que viviam onde hoje é água represada, já não podem viver como indígenas, ribeirinhos, quilombolas; nem como pescadores, caçadores, agricultores, artistas. Ainda que continuem sendo. Serão, sem poder viver como são. Serão parte da massa de pobres do Brasil, amontoados nas periferias, e ignorados pelo Estado e por empresas, destituídos de suas identidades (Brum, 2021). Situação similar ocorre com aqueles que perderam seus entes queridos, seus referenciais de vida, suas fontes de renda, seja em Mariana, em Brumadinho, em Petrópolis ou em Santos.

De fato, ao se falar de desastres ambientais, é imprescindível que se atente aos grupos mais vulneráveis a esse trauma e a suas consequências. A degradação ambiental, nas suas mais variadas formas, até por ser caracterizada por se dar no meio ambiente que todos seres vivos compartilham, tem consequências drásticas na vida de todas as pessoas. Contudo, essa noção não pode ser tomada de maneira irresponsável, invisibilizando as particularidades de cada população. Injustiça ambiental é um dos conceitos que perpassam as referidas particularidades, e que pode ser definido como uma manobra pelo qual sociedades econômica e socialmente desiguais acabam destinando a principal carga dos danos ambientais do desenvolvimento a populações marginalizadas e vulneráveis, como grupos étnicos tradicionais, bairros operários e a populações de baixa renda (Herculano, n.d.). Ainda, Pacheco (2016), ressalta que o racismo é um importante fator da distribuição das pessoas em seu ambiente físico, influenciando a utilização do solo, os padrões de habitação e a infraestrutura.

Todos esses desastres configuram-se como traumas sociais que deveriam nos convocar a todos, indivíduos e coletividade, cidadãos, empresas e Estado, para que se repense profundamente a relação de certa parte da humanidade com o ambiente. E o

papel da psicologia nessa reconfiguração de forças é crucial. A sua própria reconfiguração é crucial. Entende-se a psicologia como dispositivo para potencializar a vida, que deveria escutar e pensar essa problemática para além do corpo. Essas problemáticas mais diretas, vinculadas aos corpos que sentem a crise antes, demandam escuta acima de tudo. Uma escuta que deve ser capaz de compreender que esses não são eventos isolados, um trauma individual que afetará uma ou outra pessoa mais frágil psicologicamente. Muito pelo contrário, estamos falando de traumas que vêm para romper o próprio tecido que recobre a inação climática, escancarando o que vem sendo dito há décadas por cientistas e ativistas (e há séculos por povos tradicionais e originários) e que vinha sendo ignorado como um problema menor, a ser administrado depois. Configuram-se como trauma social porque deveria convocar a todos, e de alguma forma, têm convocado, a que se repense a própria forma com que nós existimos e incidimos nossas forças sobre o planeta, pois agora se percebe que se não o fizermos, está em risco a própria possibilidade de existência da espécie, não apenas dessa forma de viver. A escuta de uma dor como essa precisa ser ampla o suficiente para conseguir contornar esse sujeito, mas também, entender que esse trauma aconteceu por um motivo, em um determinado tempo histórico e com comunidades que são mais vulneráveis por motivos determinados historicamente.

O que é o fim, e o que são os tempos?

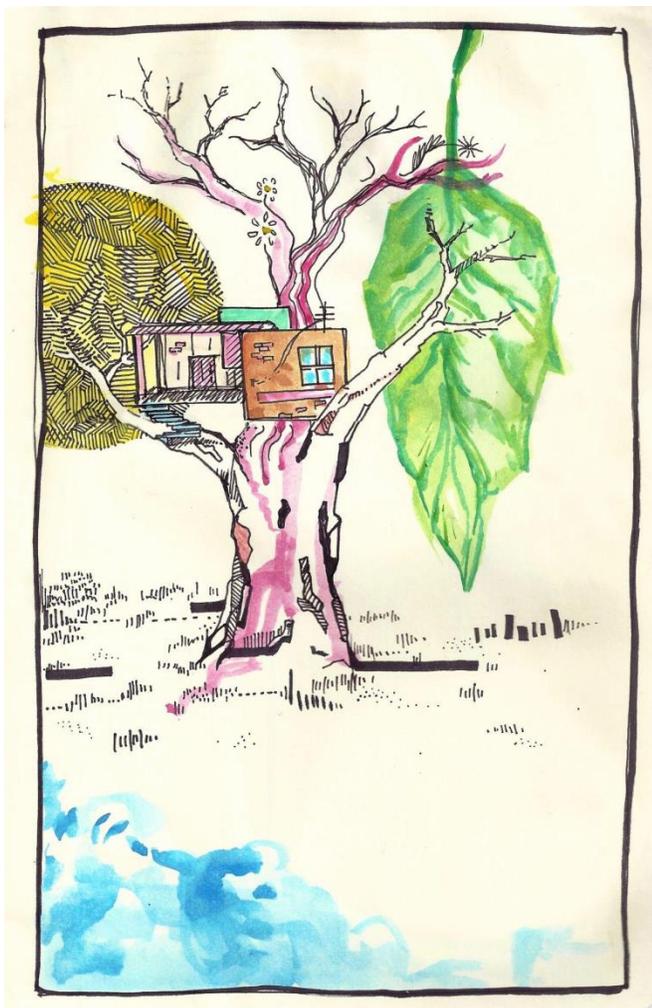
A natureza são duas.
Uma,
tal qual se sabe a si mesma.
Outra, a que vemos. Mas vemos?
Ou é a ilusão das coisas?

Quem sou eu para sentir
o leque de uma palmeira?
Quem sou, para ser senhor
de uma fechada, sagrada
arca de vidas autônomas?

A pretensão de ser homem
e não coisa ou caracol
esfacela-me em frente à folha
que cai, depois de viver
intensa, caladamente,
e por ordem do Prefeito
vai sumir na varredura,
mas continua em outra folha
alheia a meu privilégio
de ser mais forte que as folhas.

**(Carlos Drummond de Andrade, A Paixão
Medida, 1980)**

A Folha, ilustração própria.



Refiro, no título deste trabalho, imaginários apocalípticos. Os acontecimentos que se agravam a cada ano, já excessivamente descritos nestas páginas, delineiam em nosso futuro os contornos daquilo que, desde os tempos bíblicos, forma a imagem do fim dos tempos, e tal imagem vem para encerrar as possibilidades de imaginar a vida. A angústia, nomeada neste trabalho como solastagia, parece ser inevitável, e costuma surgir de forma paralisante. A angústia, é ver-se frente ao impossível. Será isso uma novidade? Tentei trazer à tona o questionamento sobre o que é o fim, ou melhor, do fim de qual mundo estamos falando tanto hoje, em função da iminência da crise climática. Afinal, como espero ter demonstrado, para muitos povos, diversas culturas indígenas, moradores de regiões destruídas por alagamentos, por terremotos, por rompimento de barragens, o fim de seus mundos já chegou, e, mesmo assim, coube a todos os

sobreviventes reinventarem formas de enfrentamento e busca de caminhos de continuidade e resistência. Fazendo eco a Eduardo Viveiros de Castro: pode-se dizer que os indígenas são especialistas no fim do mundo, porque o mundo deles acabou em 1500 (Castro *apud* Brum, 2022).

Portanto, cabe reconhecer que vivemos em um mundo marcado por múltiplas catástrofes ambientais e que não existe solução imediata para a crise climática, nem medidas de reversão possíveis, muito menos de âmbito estritamente individual, para enfrentar os complexos problemas postos. É necessário que as pessoas - e aí se incluem as nações e suas organizações econômicas e políticas - modifiquem substancialmente suas relações com a Terra. Porém, não cabe à psicologia esperar que os desastres ocorram para então escutar os traumas. É fundamental que ela abra espaços de escuta e que possibilite que a manifestação da angústia transforme-se em demanda efetiva de transformação. Toma-se aqui o conceito de demanda na sua acepção de possibilidade de movimento, de busca, saindo, portanto, da paralisia da angústia e abrindo a possibilidade de imaginar um futuro que não seja o apocalipse.

Como disse Eduardo Galeano, “A Utopia está no horizonte”. Ela não é ponto de chegada, mas baliza da caminhada. Essa caminhada, que é a trajetória de cada indivíduo e de cada povo, é que precisa ser revestida de sentido, de conforto e de viabilidades de construção de outra maneira de habitar a Terra. Cabe justamente à psicologia transpor os sentimentos de solastalgia, que é legítimo - e não patológico - para o campo das viabilidades, desmistificando o temor do apocalipse e mostrando que, apesar dele, é possível buscar alternativas de qualificação da vida cotidiana, buscando formas não bárbaras de adaptação, de reequilíbrio e de vida no aqui e no agora. Como diz Krenak,

Estou interessado é na caminhada que fazemos aqui, na busca de uma espécie de equilíbrio entre o nosso, mover-se na Terra e a constante criação do mundo. Pois a criação do mundo não foi um evento como o Big Bang, mas é algo que acontece a cada momento, aqui e agora. O próprio evento geofísico da existência do planeta no cosmos é um evento ativo. Tudo o que pensamos que já existiu está acontecendo agora, se as pessoas conseguirem acessar isso, poderão sentir que esse mundo que nós, de diferentes perspectivas, acreditamos que existe, segue em transformação. (Krenak, 2022)

É isto que se deve esperar da psicologia nestes tempos: a transposição da angústia para a demanda, uma demanda de ordem macro e micropolítica, e de

possibilidade de transformação de mundos. Os tempos vindouros serão incertos: Gaia, como natureza viva, precisa fazer intervenções e mudanças, buscando o equilíbrio da nossa complexa biosfera. É tempo de escutá-la e de responder a tais intervenções de maneiras não bárbaras (Stengers *apud* Veeck, 2022). É necessário encontrar estratégias individuais e coletivas que possibilitem que as intervenções que costumamos chamar de catástrofe tornem-se menos mortíferas, deixando de responder à Gaia como inimiga externa e, finalmente, entendendo-a como parte constitutiva do que somos.

Referências bibliográficas

Albrecht, G. (2005). 'Solastalgia'. A new concept in health and identity. PAN: philosophyactivismnature, (3), 41-55.

Andrade, C. D. D. (1980). A paixão medida. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Azibeiro, N. E. (2018). Ecologia do corpo coração mente espírito: tecendo reflexões acerca de intercultura e bem viver. Revista Interinstitucional Artes de Educar, 4(3), 496-512.

BBC News Brasil (2022). O que é a hipótese de Gaia, que defende que a Terra 'está viva'. Último acesso em 26 de março de 2023: [O que é a hipótese de Gaia, que defende que a Terra 'está viva' - BBC News Brasil](#)

Brum, E. (2021). Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia centro do mundo. Companhia das Letras.

Camargo, A. F. (2020). Geografia Psicológica das Alterações Climáticas: Personalidade, identidade, resiliência e percepção de risco nos universitários portugueses e brasileiros.

Clayton, S. (2020). Climate anxiety: Psychological responses to climate change. Journal of anxiety disorders, 74, 102263.

de Castro, E. V. (2017). Reprodução de aula pública: os involuntários da pátria. Aracê—direitos humanos em revista, 4(5), 187-193.

Duran, P. Alecrim, G. (2023). Chuvas deixam uma em cada dez cidades brasileiras em situação de emergência. Último acesso em 26 de março de 2023:

Fleury, L. C., & Almeida, J. (2013). A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente&Sociedade*, 16, 141-156.

Galway, L. P., Beery, T., Jones-Casey, K., & Tasala, K. (2019). Mapping the solastalgia literature: A scoping review study. *International journal of environmental research and public health*, 16(15), 2662

Gomide, C. S. (2021). Antropoceno. In Dias, A. P. & Stauffer, A. B. & Moura, L. H. G. & Vargas, M. C. *Dicionário de agroecologia e educação*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular.

Gudynas, E. (2020). *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Editora Elefante.

Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, 3(1), 01-20.

Herculano, S. Racismo ambiental, o que é isso? Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Selene_Herculano/publication/266344253_RACISMO_AMBIENTAL_O_QUE_E_ISSO/links/543746640cf2643ab9889338/RACISMO-AMBIENTAL-O-QUE-E-ISSO.pdf

Kopenawa, D., & Albert, B. (2019). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)*. Editora Companhia das letras.

Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.

Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.

Leonard, A. (2011). *A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Loureiro, C., & Souza, P. Considerações sobre área de risco ambiental e desafios metodológicos. VII EPEA-Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio Claro-SP, 7.

Martins, M. & Gurgel, F. F. & da Silva, A. P. S. (2022) *A urgência da pauta das Relações Pessoa-Ambiente para a psicologia como profissão*.

In Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Catálogo de práticas em psicologia ambiental 1. ed. Brasília.

Obradovich, N., & Minor, K. (2022). Identifying and preparing for the mental health burden of climate change. *JAMA psychiatry*, 79(4), 285-286.

ONU Brasil (n.d). O que são as mudanças climáticas? Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>

Tunes, A. L. (2018). Os 7 principais tipos de plástico e o que eles podem fazer com sua saúde! - Tunes Ambiental. Disponível em: <https://tunesambiental.com/os-7-principais-tipos-de-plastico-e-em-qual-deles-voce-pode-confiar/>

Pacheco, T. (2016) Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. Disponível em: <https://cpalsocial.org//documentos/312.pdf>

Silva, L. H. P (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1123>

Souza, P. C. de A. (2013). Considerações sobre área de risco ambiental e desafios metodológicos. Disponível em: https://lieas.fe.ufri.br/download/artigos/ARTIGO-DESAFIOS_METODOLOGICOS-2013.pdf

Veeck, C. (2022). Hortas comunitárias urbanas e relações humanos e não humanos: habitar ruínas entre o campo e a cidade.

Wallace-Wells, D. (2019). A terra inabitável: uma história do futuro. Editora Companhia das Letras.